

A EDUCAÇÃO E A URBANIZAÇÃO NA DÉCADA DE 1910: DE JOSÉ BARBOZA GONÇALVES A CYPRIANO CORRÊA BARCELLOS

*Maria Augusta Martiarena de Oliveira*¹

*Giana Lange do Amaral*²

RESUMO: O presente artigo aborda a gênese do discurso educacional nos Relatórios Intendenciais da cidade de Pelotas, apresentados por José Barboza Gonçalves e Cypriano Corrêa Barcellos. Acredita-se que inserido em um contexto de modernização urbana, o tema da instrução tenha ganhado espaço nas páginas apresentadas pelos intendentes. Para a realização deste trabalho, utilizou-se os Relatórios Intendenciais apresentados na década de 1910, bem como realizou-se uma revisão bibliográfica com o intuito de embasar esta pesquisa. Os autores mencionados foram: Saviani, Tambara, Corsetti, Stephanou, Amaral, Vanti, Hisldorf, Bencostta, entre outros.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Modernidade urbana. Urbanização. História da educação.

¹ Doutoranda em Educação, linha de pesquisa Filosofia e História da Educação, da FaE/UFPel. Professora Titular do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul/Campus Osório (Osório), Pelotas - Brasil. E-mail: martiarena.augusta@gmail.com.

² Doutora em Educação pela UFRGS. Professora Adjunta da Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, RS - Brasil. E-mail: giana@ufpel.edu.br.

Recebido em: set. 2010

Aprovado em: out. 2010

THE EDUCATION AND THE URBANIZATION IN THE 1910 DECADE: FROM JOSÉ BARBOZA GONÇALVES TO CYPRIANO CORRÊA BARCELLOS

ABSTRACT: This article is about the Genesis of the educational discussions in the Intendential Reports, in the city of Pelotas, presented by José Barboza Gonçalves and Cypriano Corrêa Barcellos. We realize that, in an urban modernization context, the theme of instruction gets a place in the pages written by the mayors. The sources used in this article were the Intendential Reports presented in the 1910's decade, and a review of bibliography. The authors used as base for this research were: Saviani, Tambara, Corsetti, Stephau, Amaral, Vanti, Hilsdorf, Bencostta, and others.

KEY WORDS: Education. Urban modernity. Urbanization. History of education.

INTRODUÇÃO

O presente artigo dedica-se à análise das páginas votadas ao tema da educação, presentes nos Relatórios Intendenciais apresentados na década de 1910, pelos intendentes José Barboza Gonçalves e Cypriano Corrêa Barcellos, realizando, ainda, uma ligação com o discurso relacionado à urbanização no início do século XX. Acredita-se que a gênese da ênfase dada à temática da educação na década de 1920 deu-se na década de 1910, quando a educação passou a ter mais espaço nos Relatórios Intendenciais. Pretende-se, portanto, analisar as abordagens sobre educação nos Relatórios Intendenciais da década de 1910 e perceber se a temática educação ganhou espaço nesse período, no âmbito do desenvolvimento urbano de Pelotas.

A educação lentamente passou a figurar nos Relatórios Intendenciais na cidade de Pelotas durante a Primeira República. Embora o período em que tal tema tenha sido um dos pontos mais comentados seja a década de 1920, a década de 1910 não perde a sua importância, tendo em conta que a gênese das discussões ocorridas na década seguinte encontra-se ali situada. Logo, estudar o que era abordado sobre educação nos Relatórios Intendenciais de José Barboza Gonçalves e Cypriano Corrêa Barcellos é relevante no sentido de estudar a gênese das discussões sobre educação na Primeira República em Pelotas.

Para a realização deste trabalho, utilizou-se os Relatórios apresentados pelos intendentes na década de 1910, bem como realizou-se uma pesquisa bibliográfica que permitisse a compreensão do contexto educacional do período, tanto no Brasil, como no Estado do Rio Grande do Sul. Logo, o presente trabalho encontra-se dividido em: um tópico relacionado ao contexto educacional; um tópico que aborda a urbanização ocorrida na cidade de Pelotas e, finalmente, um tópico sobre a educação nos Relatórios Intendenciais.

A NASCENTE REPÚBLICA E O CONTEXTO EDUCACIONAL

A educação emergida nas primeiras décadas do século XX é fruto de um contexto histórico maior, que engloba os âmbitos econômico, político, social e cultural. Logo, para que as transformações educacionais realmente se concretizassem, foi necessário um conjunto de transformações iniciadas ainda no decorrer do século XIX. Ao realizar uma periodização da história da escola pública brasileira, Saviani (2004) define como marco inicial do “longo século XX” o ano de 1890. Para justificar tal escolha, o autor menciona vários fatores: economicamente, os cafeicultores estabeleceram-se; politicamente, a Monarquia encontrou o seu fim e instaurou-se a República; socialmente, grupos sociais que vieram a pressionar a classe agroexportadora já haviam surgido, como a classe média, os trabalhadores assalariados urbanos, a imigração estava estabelecida e havia ocorrido a abolição; por fim, culturalmente, o positivismo, o evolucionismo, o darwinismo, o romantismo encontravam-se na cena acadêmica.

Nesse turbulento contexto histórico, a escola ganhou um papel primordial na formação dos cidadãos da república nascente. Seja com o intuito de republicanizar, disciplinar e afirmar o regime ou com o objetivo de reduzir o analfabetismo que atingia níveis altíssimos, a escola constituiu-se como uma das principais ferramentas governistas. A escola, como mencionado anteriormente, especialmente na figura do grupo escolar, ou seja, a escola seriada, cujo prédio era construído tendo em conta interesses curriculares e pedagógicos, acabou por tornar-se um templo de saber que não civilizava apenas os seus estudantes, mas os habitantes da cidade.

Outra questão não menos importante que envolve as instituições educacionais foi citada por Hilsdorf (2005) e refere-se ao voto. Segundo a autora, a educação pelo voto e pela escola foi instituída pelos republicanos como a grande arma da transformação evolutiva da sociedade brasileira, sendo oferecida em caução do progresso prometido pelo regime republicano. Dessa forma, a prática do voto pelos alfabetizados e a freqüência à escola, seriam os responsáveis pela formação do homem progressista, adequado aos tempos modernos, transformando o súdito em cidadão ativo.

Tal transformação é essencial em um momento de transição entre dois regimes de governos tão distintos: a Monarquia, baseada na tradição e na hereditariedade, afirmando-se através de seus súditos; a República, baseada no voto do alfabetizado e na participação do cidadão. Cabe aqui ressaltar que existe um caminho a ser traçado entre o súdito e o cidadão, cuja formação se dá através de instituições e símbolos. Logo, a República não se eximiu de transformar a cidade em palco de sua simbologia.

Era tão importante ser detentor de uma dessas ferramentas, que, de acordo com Hilsdorf (2005), independente de serem liberais, democráticas ou conservadoras, as forças políticas movimentaram-se para controlar as instituições educativas e seus agentes e impor-lhes de modo definitivo a forma escolar como a mais adequada e eficaz para ministrar e conformar a sociedade. Nesse mesmo sentido, Bencostta (2005) afirma que, no discurso daqueles que implantaram, no Brasil, o novo regime político em 1889, era preciso, além da justificação racional do poder, a fim de legitimar a República, construir uma nação pautada em valores que demonstrassem estar em definitivo sintonizados com as mudanças que o mundo moderno apresentava. Logo, na tentativa de colocar-se contra as diversidades presentes no cotidiano social, Veiga (1998) afirma que a função do Estado foi a de liderar os processos uniformizadores das populações, no objetivo de adaptar as pessoas à sociedade em que vivem. Nesse contexto, a escola tornou-se uma das instâncias legitimadoras do Estado.

A questão da modernidade e do moderno, abordados no tópico anterior, são repetidamente mencionados pelos autores, tendo em vista que a República afirmou-se no contexto político brasileiro, como uma proposta moderna, inserida em um ideário iluminista, que se opunha ao passado monárquico, tradicional e conservador. Além das transformações políticas que caracterizaram a história brasileira do final do século XIX e das primeiras décadas do século XX, a modernidade esteve presente, também, em âmbito educacional. Formou-se um ideário bastante amplo sobre educação, trazendo para o campo educacional uma série de novos conceitos, que até então não faziam parte desse vocabulário, como aptidão individual, atividade e mobilidade. A assimilação de tais conceitos, agregada ao rompimento com as formas tradicionais como Igreja e/ou família seria, de acordo com Veiga (1998), uma expressão do modernismo na educação, porque quer romper com a gestão tradicional da escola e o academicismo das ações, além de buscar a invenção do indivíduo e recriar o social.

Na sociedade que se formava, a escola teve papel cada vez mais relevante, sendo utilizada como ferramenta de homogeneização cultural, difundindo valores patrióticos, com o intuito de disciplinar não apenas o ambiente escolar, mas realizar uma disciplinização social, notadamente através das manifestações cívicas, que foram mencionadas no subtítulo anterior. A escola afirma-se como mecanismo de controle, focando-se nas diferenças raciais, sexuais e de classe social, estando permeada por processos de exclusão social e cultural.

A alteração e o incremento da função social da escola foi um fenômeno cuja amplitude atingiu praticamente a totalidade dos estados brasileiros. Dessa maneira, além dos acontecimentos que ocorriam em âmbito nacional, deve-se ter em conta que, no Rio Grande do Sul grandes transformações também ocorriam.

Conforme Corsetti (1997), a sociedade rio-grandense, na Primeira República, foi alvo de um processo de modernização caracterizado por medidas definidas a partir do Estado gaúcho, que visaram à eliminação das condições que vigoraram até quase final do século XIX, marcadas pelo domínio da oligarquia rural tradicional.

A Primeira República no Rio Grande do Sul foi marcada pela hegemonia política do Partido Republicano Rio-Grandense, que se manteve no poder nas esferas estadual e, também, na maior parte dos municípios. A atuação do PRR foi marcada pela influência ideológica do Positivismo, o qual, de acordo com Tambara (1995) apresentou certas peculiaridades, decorrentes da justaposição das idéias de Auguste Comte e Júlio de Castilhos, o que se chamou de castilhismo.

Um exemplo dessa justaposição de idéias e da adaptação do positivismo ao contexto gaúcho habita na intervenção do Estado, a qual era vista como algo negativo pelos positivistas, no entanto, em determinados momentos ganhava uma nova feição, sendo considerada como uma “fatalidade necessária”. Dessa forma, o governo tomou, então, para si a responsabilidade pelo ensino elementar, mesmo que a iniciativa privada fosse bem aceita. O contexto social e econômico do estado do Rio Grande do Sul não permitiu uma abertura completa para a iniciativa privada. Os baixos índices de escolarização e o grande número de analfabetos tornou necessária tal atitude do governo estadual, que realizou uma ampliação da rede pública de ensino, focando-se no ensino primário, fosse através da abertura de colégios elementares, ou fosse através da subvenção de aulas isoladas.

A expansão da rede de ensino estadual demonstra a utilização da educação como ferramenta de modernização. Contudo, tais pressupostos de modernidade foram adaptados à realidade do estado e aos interesses do grupo dirigente, ou seja, do PRR. Para Corsetti (1997), a modernização implicou no traçado de políticas públicas de modernização, que demonstravam as convicções da nova elite dirigente, centrada na busca de uma racionalização de conteúdo burguês que transformou o Estado Rio-grandense em importante agente social, político e cultural, à época.

A autora propõe que a ciência, a educação e a moral transformaram-se em poderosos instrumentos de controle social e de veiculação ideológica, garantindo a reorientação da sociedade, neutralizando os conflitos e mantendo a estabilidade social. Além disso, a constituição da nova sociedade implicava no seu reordenamento a partir da construção de novas formas de dominação que dessem conta da problemática colocada pelos novos tempos, ou seja, a de como dominar homens livres e formalmente iguais. Tal necessidade demandou a utili-

zação de estratégias diferenciadas de poder e a formulação de um novo ideário que sustentasse as práticas políticas destinadas a garantir a desigualdade. Esse ideário tratava de, ao mesmo tempo em que igualizava os agentes sociais, os diferenciava, por construir, também, o seu contrário ou sua negação.

Pode-se perceber que, tanto em âmbito nacional como regional, a classe governante dirigiu os seus esforços para a formação do “cidadão”, buscando realizar uma uniformização ao mesmo tempo em que ficavam cada vez mais claras as diferenças sociais oriundas do Império e agravadas na República, notadamente pela tendência a “urbanizar”, “sanear” e “higienizar” a população, destinando lugares para determinados grupos e realizando uma seleção/exclusão dos habitantes. A educação surgiu, então, como instrumento de disciplinarização, como mencionado anteriormente, sugerindo-se propostas educativas coerentes com tal período histórico. Dessa forma:

Uma educação física, intelectual e moral da mocidade, com a finalidade de possibilitar ao espírito todas as noções necessárias para melhor garantir a ordem, se colocou como central para que todos os homens tivessem consciência de seu papel social. Em outras palavras, a educação foi vinculada à formação do cidadão. (CORSETTI, 1997, p. 167)

Em concordância com Corsetti, conforme Stephanou (2005), os discursos médicos não se restringiam a defender uma bandeira genérica de educação e saúde como solução aos problemas nacionais. Havia uma intensa discussão sobre qual saúde e qual educação. Não apenas uma saúde física, mas mental, moral, sexual. Nesse período, médicos brasileiros ocuparam-se cada vez mais em discutir os conteúdos e objetos de ensino, os procedimentos pedagógicos, a avaliação, o exemplo do professor, a materialidade e a salubridade das escolas, os pressupostos teóricos dos pedagogos. Fundados no discurso da neutralidade da ciência, os médicos apresentaram-se como arautos de uma poderosa alternativa para a cidade, seu espaço e sua população. Uma medicina social, urbana, paulatinamente se legitimou pelo caráter de científicidade, moralizador e salvacionista.

Após essa breve apresentação do contexto educacional no Brasil e no Rio Grande do Sul, abordar-se-á a forma como se deu a modernização urbana em Pelotas.

A MODERNIZAÇÃO URBANA EM PELOTAS NA DÉCADA DE 1910

De acordo com Magalhães (2002) foi na década de 1910 que se verificou a modernização urbana de Pelotas. Durante quase todo o período, ocupou o cargo de intendente o engenheiro Cipriano Barcellos: ininterruptamente através de

dois mandatos, entre 1912 e 1920 (já exercera a intendência entre 1904 e 1908). Foram implementados e consolidados os esgotos e água encanada, luz elétrica e telefone. O autor utiliza-se das palavras de Abadie Faria Rosa, para descrever a urbanização da cidade:

Impressionara-me aquele súbito avanço. A remodelação ia-se impondo. Estava já quase completa a instalação da rede de esgotos, preparava-se a próxima inauguração de bondes elétricos, cuidava-se da reforma do calçamento. O mercado apresentava-se outro, na elegância dos seus torreões. A ponte de pedra fora reedificada. Ao lado do Santa Bárbara havia uma praça ajardinada. Para além, o caminho do parque, que dizem agora esplendente, era um novo bairro que se intensificava com as magníficas instalações da Força e Luz. E no coração da urbs, a Praça da República, que sempre fora um encanto na formosa Pelotas, desdobrava-se ainda mais bela, como se vara mágica das Fadas houvesse operado o milagre do embelezar a própria beleza. (MAGALHÃES, 2002, p. 264)

Segundo Amaral (2003), nas primeiras décadas do século XX, mesmo com a decadência do setor pecuarista e charqueador, Pelotas manteve um razoável processo de urbanização. Tal fato conferiu à cidade o status de um importante centro comercial, industrial e cultural, singularizado pela caprichosa estética de suas construções – prédios públicos, palacetes e praças, bem como pelas escolas, teatros, bibliotecas, igrejas, hotéis, bancos, estação ferroviária, porto iluminação pública, serviço de telefonia, ruas calçadas e arborizadas. De acordo com Rocha e Eckert (2005), no Brasil, a cidade coloca em jogo as emoções e as paixões coletivas arcaicas de seu povo convivendo com a visão mecânica do mito do Progresso e da Ordem.

Segundo essas autoras, não se pode compreender a singularidade do ato de destruição e reconstrução de um espaço existencial sem se remontar a uma multidão de atos, volições e sentimentos que engendram seus territórios no domínio do vivido de seus habitantes. Nesse sentido, tomar-se a cidade como matéria supliciada significa aqui encarar-se a potência subterrânea de uma imaginação criadora presente no homem brasileiro que, destruindo sua morada, pretende domesticar o Tempo.

As preocupações com as melhorias urbanas da cidade encontram-se presentes nos Relatórios Intendenciais da década de 1910. Veja-se, por exemplo, algumas frases introdutórias do Relatório de 1910, apresentado por José Barboza Gonçalves:

Cada vez mais se firma em meu espírito a conveniência de serem explorados, directamente, pelo poder publico, os vários serviços que interessam á hygiene urbana e á commodidade geral dos municípes. Entre outros de alta relevância, convém salientar, principalmente, as obras relativas ao abastecimento d'agua, aos exgottos subterrâneos e á illuminação da cidade. (RELATÓRIO INTENDENCIAL DE 1910, p. 3)

Aparecem, também, nas palavras do intendente que se seguiu a Barboza, Cypriano Corrêa Barcellos:

Entretanto, desde já, os seguintes mais importantes problemas exigem todo o nosso esforço e para cuja proveitosa solucao pratica, dentro do mais curto espaço de tempo possível, despenderei todas as energias de que for capaz: - o estabelecimento de rede de exgottos, a reconstrução da de águas, com a necessária ampliação, e a instalação dos serviços de electricidade: - bonds, energia e luz. (RELATORIO INTENDENCIAL DE 1912, p. 3)

No entanto, deve-se ter em conta que o processo de urbanização de Pelotas não é uma singularidade, mas ocorreu concomitantemente à urbanização de outras cidades, o que fica claro nas palavras do intendente acima citado:

A municipalisação dos serviços não é, portanto, doutrina moderna, nem de applicação recente, estabelecendo novos moldes ou processos económicos para administrar as cousas publicas. "O phenomeno é tão velho como as próprias organizações políticas da sociedade humana: o que lhe dá certa cor de novidade é a sua recente intensidade", como accentua, perfeitamente, o estudioso auctor da monographia a que já me referi. O emérito organisador político e da administração republicana riograndense, o inesquecível dr. Julio de Castilhos, foi sempre tenaz propugnador da municipalisação dos serviços, consequência lógica da descentralisação e do regimen obsoleto dos monopolios industriaes. (RELATORIO INTENDENCIAL DE 1910, p. 5-6)

Não se pode negar que muito do que foi realizado em Pelotas deve-se, conforme Amaral (2003), ao forte vínculo com a iniciativa particular e a independência do "favoritismo oficial", ou seja, dos investimentos do Estado, que propiciou, por um bom tempo, o progresso da cidade. Mas, por outro lado, tais características que constituem uma forte singularidade da cidade, foi uma importante causa da sua estagnação econômica diante da crise de seu principal produto: o charque. Crise essa que já se percebia na virada do século XIX para o XX.

Porém, mesmo sem o dinamismo econômico propiciado pelas charqueadas, nas primeiras décadas do século XX se concretizam na cidade importantes trans-

formações urbanas condizentes com os tempos modernos que chegam com o novo século. Melhoramentos na área central da cidade tais como a instalação da rede de água e esgotos, iluminação e transportes públicos, calçamento, praças e arborização, que reforçaram o caráter progressista de Pelotas, fazendo com que viajantes continuassem a tecer empolgados elogios à cidade, mesmo quando sua economia já não ia tão bem.

Magalhães (2002) cita como empreendimentos desenvolvidos durante as primeiras décadas do século XX: plantações de arroz, que tiveram incremento por iniciativa do coronel Pedro Osório, a partir de 1907³; Fábrica de Fiação e Tecidos, inaugurada em 1913; a Força e Luz, em 1912; os bondes elétricos, em 1915; a remodelação do Mercado, entre 1911 e 1914; a fundação da Faculdade de Direito, em 1912; da Academia de Comércio, pelo Clube Caixa Real, em 1907; do Banco Pelotense, em 1906, mas com edifício próprio a partir de 1916; do Esporte Clube Pelotas, em 1908; do extinto Tiro Brasileiro, em 1912 e do Escotismo, em 1916.

Após abordar a urbanização e modernização da cidade de Pelotas na década de 1910, o próximo tópico dedica-se à educação nas palavras dos intendentes no referido período.

BARBOZA GONÇALVES E CYPRIANO BARCELLOS: A GÊNESE DE UM DISCURSO EDUCACIONAL ENTRE OS INTENDENTES DA CIDADE DE PELOTAS

Refinamento, elegância, cultura e educação são palavras relacionadas com o imaginário de Pelotas, as quais excluem uma parte da população que esteve, por muito tempo, fora do circuito cultural existente na cidade. A República representou, depois do Império, um momento em que foi mantida a relevância da tradição educacional e cultural pelotense, ao mesmo tempo em que os intendentes demonstravam uma interligação com as discussões ocorridas nacionalmente sobre a ampliação da rede pública de ensino e do atendimento às pessoas de estratos sociais mais baixos e os imigrantes.

Magalhães utiliza-se das palavras do viajante Vittorio Buccelli para expressar a forma como era vista a instrução pública: “A instrução pública é objeto de especial atenção por parte do Estado e da administração municipal”, (MAGALHÃES, 2002, p. 247). Tal viajante fez efusivos elogios ao então intendente Cypriano Barcellos, sobre sua sapiência e sobre sua formação em Engenharia na Bélgica. Sobre esse afirma: “já encarregado das ferrovias de Itararé e Santa Maria e inspirador das atuais obras do porto. É um dos mais genuínos campões da Idéia da República no Brasil sob a monarquia”. (p. 247)

3 Loner (2001) e Magalhães (2002) discordam com relação ao ano de início da cultura do arroz em Pelotas.

Tal autor remonta as palavras de outro visitante, Abadie Faria Rosa para demonstrar a situação de Pelotas com relação à cultura:

Os meus olhos sentiam ainda a minha terra alcandorada no seu grau de cultura, com cursos superiores, desde o Liceu de Agronomia, que é uma tradição honrosa no seu patrimônio intelectual, às faculdades de Direito, de Farmácia, de Odontologia; desde a Academia do Comércio, fundada pelo invicto Clube Caixeiral, aos cursos secundários, com instalações modernas, como os ginásios Pelotense e Gonzaga; desde os colégios elementares, às escolas particulares e às aulas públicas – abençoados enxames espalhados por toda a parte, para que todo o município seja ele mesmo uma irradiante eclosão de inteligências aproveitadas. (p. 264)

Ambos os viajantes acima mencionados apresentam uma visão bastante positiva do contexto educacional pelotense no momento de suas visitas. Rosa menciona vários estabelecimentos educativos de ensino superior, secundário e primário, os quais já possuíam um certo renome na cidade. A difusão de instituições educacionais foi bastante incentivada pela elite, como uma atitude de benemerência, ao mesmo tempo em que a sua dedicação à cultura e à educação era interpretada como forma de ilustração e refinamento, reforçando o *status social* desse grupo. A relação com as instituições educacionais representava um *status* não apenas para a elite benemerente que as mantinha, mas para os professores e funcionários que se vinculavam àquelas instituições. Vários membros da elite trabalhavam como professores desses estabelecimentos, tendo em vista os seus conhecimentos em determinadas áreas, como é o caso de Manuel Serafim Gomes de Freitas, no Liceu de Agronomia.

Logo, o desenvolvimento dos setores educacional e cultural foi resultado, segundo Vanti (1998), da busca dos charqueadores, aristocratas ou não, pela distinção social também através da ilustração e do aprimoramento cultural, o que possibilitou o desenvolvimento de atividades culturais como a atuação teatral, a literatura, as artes plásticas e musicais e a educação escolar formal e informal. A educação escolar era voltada especialmente para os filhos e filhas da classe alta pelotenses.

A prática de manter a educação por meio de iniciativas particulares manteve-se por muito tempo. Na primeira década do século XX, a educação ocupava um pequeno espaço nos relatórios dos intendentes pelotenses. Os temas recorrentes nesse período recaíam, notadamente, sobre o “Liceu Rio-Grandense”, denominação dada, nesse período, à Escola de Agronomia e Veterinária. Em 1909, na gestão de Barboza Gonçalves, publicaram-se algumas considerações sobre as “aulas municipais”. De acordo com o intendente:

Conhecidas as vantagens de disseminar a instrucção, fazendo-a chegar, prompta e fácil, ao alcance de todas as classes, principalmente as mais desfavorecidas da fortuna, a Administração julgou-se no dever de estabelecer, dentro da cidade, diversas aulas.

Mantidas em favor dos que, sequiosos de saber, mas impedidos, pelas prementes necessidades da vida, que procuraram nas horas de seu funcionamento as aulas do Estado, só possam dispor das horas da noite para satisfazer esse dever que cabe a todo cidadão, não foi esse um baldado empenho nem semente lançada, entre abrolhos.

As aulas municipaes são muito procuradas, tem boa freqüência e vão preenchendo perfeitamente o seu fim. (RELATÓRIO INTENDENCIAL DE 1909, p. 24)

Através das afirmações de Gonçalves, percebe-se que as aulas municipais visavam o atendimento de uma classe menos privilegiada, principalmente alunos trabalhadores, e tinha por finalidade uma educação básica, no sentido de alfabetização e não a preparação para o ingresso no ensino superior. Além disso, fica claro que já existia um número maior de aulas estaduais e, notadamente, aulas particulares. A educação passou, então, a ser um cuidado do estado e do município. O primeiro passou a dedicar-se a esse tema antes do âmbito municipal, porém, com a necessidade de expansão da rede pública de ensino, o segundo foi praticamente forçado a estender a sua rede.

Dessa forma, lentamente, o tema educacional começou a perpetrar os discursos intendenciais. Veja-se o que José Barboza Gonçalves afirmava: “O povo em que a média da instrucção se patenteia mais elevada, também se revela o mais forte, o mais industrioso, o mais capaz”, (RELATÓRIO INTENDENCIAL DE 1910, p.16). E de Cypriano Corrêa Barcellos: “Não é descurada entre nós: desenvolve-se, progride e segue marcha desassombrada, com forte empenho do poder público em difundil-a e pol-a a fácil alcance”, (RELATÓRIO INTENDENCIAL DE 1913, p.10). Este (p. 19) afirma, ainda:

A cada passo, revelam os esforços pertinazes de seus competentes directores e provectos mestres, que, numa conjuncão de labores profícuos, hão conseguido conservar em destaque o bom nome do professorado pelotense.

Se, por um lado, se vêm em tão lisonjeiro estado as facultades, os gymnasios e as aulas particulares por outro, os collegios elementares e os estadoaes, os subvencionados e os do Municipio correspondem perfeitamente a seus fins.

As palavras do intendente Cipriano Corrêa Barcellos, demonstram a satisfação e o orgulho que a cidade sentia com relação ao desenvolvimento das instituições educacionais e do próprio professorado. Além disso, o intendente mostrou-se bastante satisfeito com a forma como essas instituições cumpriram as suas finalidades. Diante dessa colocação que demonstra uma grande satisfação pelas instituições públicas e privadas, parte-se para um outro ponto: decorrente do ideário, seja positivista ou maçônico (como será abordado a seguir), não houve, nesse período uma concorrência entre o setor público e o privado, mas um incentivo ao desenvolvimento de ambos os setores, em especial, porque as doutrinas que influenciavam o pensamento da época, destinavam os cuidados da educação primária para o Município e para o Estado, sugerindo que o ensino secundário e superior devessem estar nas mãos da iniciativa privada. O espaço para a iniciativa privada esteve presente, também, nos discursos dos intendentes, como pode ser percebido nas palavras de Cipriano Corrêa Barcellos: “A seu turno, se manifesta, poderosamente, a iniciativa particular, cuja acção, se evidencia de modo eloquente”, (RELATÓRIO INTENDENCIAL DE 1913, p.10). E, conforme a citação de José Barboza Gonçalves (p. 10):

Conscio da missão que lhe assiste, o poder publico deve auxiliar o desenvolvimento da instrucção, sob qualquer aspecto que se apresente, não reconhecendo privilégios académicos, não fazendo questão de diplomas, deixando exercer-se a livre concurrencia, para estimulo das aptidões, e auxiliando a capacidade proveitosa, onde quer que Ella se encontre.

Em vez do ensino official, que já fez sua época de estreiteza dogmática, com suas pragmáticas e peás, com concursos de apparato e a effectividade que, muitas vezes, só premeia um esforço de occasião ou uma felicidade do acaso, e pode matar, na sua disseccante atmosphera, o gérmen do estimulo, que deve ser, na livre concurrencia, guia de acção constante, estabelece-se a plena liberdade, que leva o espírito desempedido a agir, autônomo, em busca de maior desenvolvimento para a firmeza de uma situação em que a sua utilidade se defina.

As palavras de Gonçalves apontam para uma situação bastante característica da Primeira República: a teoria Positivista mostrava-se bastante favorável às iniciativas particulares no âmbito educacional, o que fica claro quando o intendente menciona as expressões “livre concurrencia”, “plena liberdade”, “autônomo”. Ao mesmo tempo, deve-se ter em conta que, durante a República, como já foi mencionado anteriormente, citando Tambara e Corsetti, o incremento do ensino

público primário ocorreu durante um processo desenvolvido pelo governo estadual. Tal processo fica evidente nas palavras do referido intendente, o qual demonstra que a difusão do ensino primário em Pelotas pelo governo municipal não foi uma singularidade da cidade, mas estava vinculado a um processo que ocorria concomitantemente em âmbito estadual e por iniciativa do governo estadual:

A administração municipal, no intuito de auxiliar a acção fecunda do governo do Estado, que, alem de, com nobre empenho e franco sucesso, acelerar a diffusão da instrucção elementar por todas as classes, presta ainda valioso apoio aos institutos de ensino superior, não podia deixar de contribuir, na força dos seus actuaes recursos, para o augmento do numero de aulas. (RELATÓRIO INTENDENCIAL DE 1909, p. 21)

Ou, conforme as palavras do mesmo intendente em Relatório do ano seguinte:

E, procurando cooperar com o Estado na disseminação do ensino, alem das aulas que o Municipio já mantem na cidade, estabeleci outras nos Districtos Ruraes, localisando-as nos pontos julgados mais convenientes, de forma que seus benefícios alcancem o maior numero possivel de creanças, e preparando por methodo pratico e efficaz cidadãos úteis a si, á família e á Patria. (RELATÓRIO INTENDENCIAL DE 1910, p. 15)

Nos anos de 1912 e 1913, as preocupações do então intendente Cypriano Corrêa Barcellos mantinham-se centradas no saneamento, tema que, nesse período mostra-se relacionado com a educação, conforme já mencionado anteriormente no subtítulo 3.2. A Educação nas primeiras décadas do século XX. Dessa forma, justamente por existir um tipo determinado de educação cuja função seria a formação integral do cidadão e que se daria de forma a levar em consideração dos conhecimentos científicos de maneira organizada, em 1912, o intendente aprovou o “Regulamento da Instrucção Pública Municipal”⁴, pelo Ato n. 642, de 24 de janeiro. O referido Regulamento consta de 18 artigos, nos quais foram abordados temas como o caráter leigo e gratuito do ensino municipal; a divisão em dois cursos (primário e técnico para profissões elementares); o currículo de tais cursos e o público a quem era destinado; a inspeção do ensino; o cronograma das atividades; as atribuições dos estudantes e dos professores, entre outros temas. O desenvolvimento de uma legislação que regulasse a instrução municipal demonstra que o funcionamento das aulas municipais existentes exigia uma organização.

4 O Regulamento da Instrucção de 1912 encontra-se publicado no Relatório Intendencial do mesmo ano.

No ano de 1913, foram inaugurados, em Pelotas, dois “collegios elementares” estaduais, o “Felix da Cunha” e o “Cassiano do Nascimento”. A incorporação dessas instituições ao conjunto educacional da cidade demonstra que, notadamente a partir da década de 1910, o ensino público teve um incremento. Além disso, nessa mesma década, Cypriano Corrêa Barcellos encontrava-se bastante satisfeito com a situação da instrução:

Problema que attrahe e prende a attenção dos dirigentes em todos os paizes, muito principalmente naquelles que, como o nosso, iniciam as primeiras pugnas da grande campanha, não tem a instrucção permanecido estacionaria em nossa terra nem se apresenta em plano inferior. Ao contrario, pode-se afirmar, com justa ufania, que seu útil desdobramento é continuo e de excellentes resultados, tornando-se já conhecidos, dentro e fora do Estado, os nossos estabelecimentos de ensino. Noveis ainda quase todos, oferecem, entretanto, provas inconcussas da bem constituída organisação de que são dotados. (RELATÓRIO INTENDENCIAL DE 1916, p. 19)

As palavras de Cypriano Barcellos representam o entusiasmo pela educação vivido na segunda década do século XX, pois relaciona a educação com o desenvolvimento. Além disso, o intendente vangloria-se do crescimento que a instrução tem apresentado e do renome dos estabelecimentos de ensino. Nesse ponto, é possível entender que o intendente não aborda somente o ensino primário, mas de forma geral, referindo-se, com relação ao reconhecimento dentro e fora do Estado, das escolas de ensino superior, especialmente, a Escola de Agronomia e Veterinária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A década de 1910 foi caracterizada pela preocupação e desvelo com o ensino superior em âmbito municipal. No entanto, foi nesse período em que o interesse pelo ensino primário iniciou a sua intensificação, especialmente por estar integrado em um processo de expansão da rede pública de ensino em nível estadual. O referido processo pode ser percebido pela criação dos dois “collegios elementares” e do incremento dado às aulas municipais e às subvenções. Embora a década de 1920 represente o decênio de criação do maior número de escolas municipais, foi na década anterior que se iniciou o discurso de importância da instrução como meio de elevação intelectual e econômica das nações.

Além disso, a educação desenvolveu-se no âmago da modernidade e da urbanização, contando com o status de prática modernizante, o que se insere no

discurso mencionado anteriormente, sobre a educação como caminho necessário para o crescimento dos países. Pode-se dizer que, no Brasil, as grandes cidades passaram, durante a Primeira República, por um forte processo de urbanização e modernização urbana. Assim como essas grandes cidades, Pelotas viveu a sua modernização urbana notadamente a partir da década de 1910, em especial no governo de Cipriano Corrêa Barcellos, cuja reeleição permitiu que governasse por praticamente todo o segundo decênio do século XX.

Tais intendentes (Barboza Gonçalves e Cipriano Barcellos) ainda que não tivessem clara a necessidade de expandir o ensino público municipal, já apresentavam o tema da educação em seus relatórios, recaindo, inicialmente, no ensino superior, especialmente na Escola de Agronomia e Veterinária e, mais tarde, ampliando os seus interesses para o ensino primário.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Giana Lange do. **Gymnasio Pelotense**: a consolidação de um ideal maçônico no campo educacional. 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 1998.

_____. **Gatos pelados x galinhas gordas**: desdobramentos da educação laica e da educação católica na cidade de Pelotas (décadas de 1930 a 1960). 2003. Tese (Doutorado) - UFRGS, Porto Alegre, 2003.

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. Arquitetura e espaço escolar: o exemplo dos primeiros grupos escolares de Curitiba (1903-1928). In: BENCOSTTA, Marcus Levy Albino (Org.). **História da educação, arquitetura e espaço escolar**. São Paulo: Cortez, 2005. p. 95 - 40.

CORSETTI, Berenice. **O poder em migalhas** – a escola no Rio Grande do Sul na Primeira República. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 1997.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. **História da educação brasileira**: leituras. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

LORNER, Beatriz Ana. **Construção de classe**: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930). Pelotas: Ed. Universitária / UFPel, 2001.

MAGALHÃES, Mario Osório. **Pelotas toda prosa.** Pelotas: Armazém Literário, 2002. v. 2 (1874-1925).

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornélia. **O tempo e a cidade.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

SAVIANI, Demerval. O legado educacional do “Longo Século XX” brasileiro. In: SAVIANI, Demerval. **O legado educacional do século XX no Brasil.** Campinas: Autores Associados, 2004. p. 9-58.

STEPHANOU, Maria. Discursos médicos e a educação sanitária na escola brasileira. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (Orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2005. V. III – Século XX, p. 142 – 164

TAMBARA, Elomar. **Positivismo e educação:** a educação no Rio Grande do Sul sob o Castilhismo. Pelotas: Ed. Universitária / UFPel, 1995.

VANTI, Elisa dos Santos. **O fio da infância na trama da história :** um estudo sobre significações de infância e de educação infantil em Pelotas (1875 - 1900).1998. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPel, Pelotas, 1998.

VEIGA, Cynthia Greive. **História da educação.** São Paulo: Ática, 2007.

_____. Cidade e educação, modernidade e modernismo. In: SOUZA, Cynthia Pereira; CATANI, Denice Barbara (Orgs.). **Práticas educativas culturas escolares profissão docente.** São Paulo: Escrituras, 1998. p.171 -180.